



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº CJF-MRU-2018/00106**

Brasília, 16 de agosto de 2018.

**Objetivo da reunião:** Acompanhamento do Projeto PJe-JF

Horário e local: 1430 - Sala 101D

Assunto: Implantação de sistemas

Participantes	Função/Cargo	Unidade
Ministro Raul Araújo	MAGISTRADO	CG
Cleberon José Rocha	MAGISTRADO	SG
André Ricardo Lapetina Chiaratto	SECRETARIO	STI
Ivan Gomes Bonifácio	SECRETARIO	SEG
Edimilson Cavalcante de Oliveira	SUBSECRETARIO	SUMOG
Selma Suzana Muniz Laranjal Sales	CHEFE DE SECAO	SEAORG
Magali Zilca de Oliveira Dantas	CHEFE DE SECAO	SEPROC
Eva Maria Ferreira Barros	DIRETOR-GERAL	DG
Marcelo Albernaz	Juiz Federal - Coordenador do comitê Gestor do PJe	TRF1
Denise Drumond	Juíza auxiliar da Presidência e Vice- presidente do Comitê do TRF1	TRF1
Lúcio Melre da Silva	Diretor de Tecnologia da Informação	TRF1
Marcos Barbosa	Diretor da Coordenadoria de Sistemas de Informação (Cosis)	TRF1
Janderson Casado	Diretor da Divisão de Projetos de Sistemas	TRF1
	Diretor do Núcleo	



Assinado digitalmente por MAGALI ZILCA DE OLIVEIRA DANTAS, SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES e EDIMILSON CAVALCANTE DE OLIVEIRA.  
Documento Nº: 1617564-6794 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar>

Classif. documental: 40.07.01.04



CJFMRU201800106A

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Andrey Leonardo Lima e Silva	Regional de Apoio ao PJE - NEPJe	TRF1
Osair Victor de Oliveira Junior	Juiz Federal - membro do comitê gestor	TRF2
Therezinha Cazerta	Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região	TRF3
Paulo Sérgio Domingues	Desembargador Federal - membro do comitê gestor	TRF3
Fabiano Lopes Carraro	Juiz Federal - membro do comitê gestor	TRF3
David Panessa Baccelli	Assessor de Gestão dos Sistemas da Informação	TRF3
Jader Carlos Videira	Diretor da Secretaria de TI	TRF3
Alexandre do Nascimento Silva	Diretor da Secretaria Judiciária	TRF3
Aurea Lucia Machado Honda (Secretaria de TI)	Secretaria de TI	TRF3
Fábio Rodrigo Cuzzatti	Diretor da Divisão de Sistemas Processuais Eletrônicos	TRF3
Sérgio Renato Tejada Garcia	Juiz Federal - membro do comitê gestor	TRF4
Cristian Prange	Diretor de Tecnologia da Informação	TRF4
Telma Motta	Diretora da Secretaria Judiciária	TRF5
Laureano Montarroyos Filho	Diretor da Divisão de Sistemas	TRF5
Ricardo Sergio Schmitz	Diretor do Núcleo de Sistemas Judiciais	TRF5
	Secretário Adjunto da Secretaria Jurídica e	



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Fabício da Silva Barbosa	de Documentação (SEJUD)	PGR
Tiago César Moronte	Subsecretário de Sistema Corporativos	PGR
Thaís Aurélia Garcia	Defensora Pública Federal	DPU

**Pauta**

**1. Pendências da última reunião:**

1) Solicitar informações ao CNJ sobre a utilização dos certificados A1 e A3, inclusive a adequação dos normativos - André Chiaratto informou que o Comitê Gestor Nacional do PJe, na reunião de 21/6/2017, foi autorizado a fazer a alteração da Resolução CNJ n. 185/2013, mas que isso ainda não ocorreu. O TRF5 informou que o Mobile, está em fase de produção para versão nacional, atualmente funcionando em edição limitada somente para alguns desembargadores e que serão adquiridos os certificados A3, para dispositivos móveis, visto que a Caixa Econômica Federal não fornece e que o aplicativo foi disponibilizado para o CNJ para integração à versão nacional. 2) Avaliar a viabilidade de manifestação de ciência sem documento associado - David Baccelli informou que estava pendente com a Comissão Técnica de Negócio e que a questão não avançou. 3) Indicar parâmetros para elaboração da nota técnica da PGR - O TRF1 informou que foi encaminhada e disponibilizada na Wiki do Tribunal. Dr. Marcelo Albernaz solicitou à PGR dar retorno após avaliação pelo MPF. 4) Registrar demanda no JIRA sobre assinatura coletiva no PJe - A PGR informou que não havia sido realizado o registro em razão de, somente recentemente, ter sido indicado novo representante no Comitê. 5) Registrar demanda no JIRA sobre acesso ao usuário vinculado ao CPF e não somente por órgão - Telma Motta informou que realizou tratativas com Antonio Augusto (CNJ), tendo sido acordado que a demanda (JIRA 2702) deverá ser atendida na versão nacional do PJe. Para atender demandas (issues) para a versão nacional, Dr. Marcelo Albernaz sugeriu e ficou decidido que a ordem de prioridade deverá ser definida pela Comissão Técnica de Negócio. 6) Avaliar a viabilidade técnica e de infraestrutura para aumento do tamanho dos arquivos para uploads - André Chiaratto informou que os TRFs da 2ª, 3ª e 4ª Regiões já atendem. O TRF da 1ª Região informou que tem limite, mas é viável, que poderá atender e que o assunto será levado ao Comitê Gestor do TRF1. A 5ª Região informou que a versão própria do PJe não suporta multimídia, mas que adota via MNI. 7) Agendar visita do Coordenador do Comitê ao CNJ para tratar da Tabela Processual Unificada - Edimilson Oliveira informou que foram feitas tentativas sem sucesso. O Corregedor-Geral da Justiça Federal informou que fará a mediação junto ao Corregedor Nacional de Justiça para viabilizar a visita.

**2. Composição da Comissão Técnica de Negócios - CTN**

A Comissão Técnica de Negócio é composta pelos titulares das secretarias ou diretorias judiciárias dos cinco Tribunais Regionais Federais como definido pela Resolução CJF-RES-2012/00202 e assim será mantida por força desse normativo. Foi sugerido que seja recomposta a Subcomissão de Parametrização e Apoio à Implantação do PJe, com as indicações feitas pelos tribunais que estão o implantando o Sistema (TRF1: Andrey Leonardo Lima e Silva e Rúbia de Almeida Mesquita Ângelo; TRF3: David Panessa Baccelli e



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Alexandre do Nascimento da Silva; TRF5: Telma Roberta Vasconcelos Motta e Valfrido Batista Santiago Júnior). Ficou aprovada a recomposição com os servidores acima nomeados, com indicação do coordenador David Panessa Baccelli pelo período de dois (2) anos. Decidiu-se, ainda, por unanimidade, que proposta de alteração da Comissão Técnica de Negócio seja composta apenas por representantes dos tribunais que estão implantado o PJe. O Comitê deliberou por apresentar minuta com a alteração do normativo.

### 3. Treinamento em fluxo processual para o PJe.

Treinamento em fluxo processual para o PJe. Reiterada a necessidade e a urgência do treinamento em fluxos do PJe e foram indicados para ministrá-lo os servidores Tiago Vieira (STJ/ENFAM) ou Paulo Porto (TJ-RN). Solicitou-se a intercessão do Ministro Raul junto à ENFAM para viabilizar a participação do servidor Tiago Vieira. As datas da realização do curso serão definidas segundo a disponibilidade do ministrante.

### 4. Planejamento e Orçamento

Deliberação sobre saldo remanescente do PJe: O Comitê aprovou a distribuição proporcional do saldo de R\$ 164.089,14. Quanto às informações complementares solicitadas pela SPO/CJF referentes às projeções para 2020 e 2021, o Comitê deliberou por dividir em partes iguais entre os TRFs da 1ª, 3ª e 5ª Regiões e 1% ao CJF. Foi proposto que o detalhamento da destinação dos recursos, modulando e propondo alterações, se for o caso, será realizado nos respectivos períodos de elaboração dos projetos de leis orçamentárias.

### 5. Finalização do projeto estratégico implantação do PJe na Justiça Federal

Em vista da proximidade do prazo para finalização do projeto estratégico implantação do PJe na Justiça Federal, o Comitê deliberou por manter a data prevista para o encerramento do projeto em 31/12/2018. Aprovou, também, proposta de realização de nova pesquisa com os usuários do Sistema ao final do projeto estratégico. .

### 6. Relato da situação de implantação do PJe nas Regiões

TRF 1 - O PJe está implantado na 1ª Região em todos os órgãos julgadores do segundo grau (Presidência, Vice-Presidência, Corregedoria-Regional, Órgão Especial, 4 Seções, 8 Turmas, TRU, além dos 24 gabinetes) e em 241 das 294 varas instaladas nas Seções e Subseções Judiciárias, além das 25 Turmas Recursais. Apenas as 53 varas de competência exclusiva JEF não possuem o sistema habilitado. Esses números indicam que cerca de 85% dos órgãos julgadores já utilizam o PJe. No 1º grau o PJe está habilitado para todas as classes cíveis de vara comum (exceto para as competências execução fiscal e juizado especial cível) e respectivos incidentes em todas as Seções Judiciárias e Subseções Judiciárias, afora Laranjal do Jari, Oiapoque, Irecê, Corrente e São Raimundo Nonato, que contam apenas com as classes mandados de segurança e monitórias e respectivos incidentes, em decorrência de limitação na capacidade do link de comunicação. Soma-se a esse conjunto as classes de juizado especial cível e respectivos incidentes nas Subseções Judiciárias de Juiz de Fora e Uberlândia e, ainda, as classes de juizado especial cível em matéria de Saúde Pública e respectivos incidentes na Seção Judiciária do DF. No início de agosto foi realizada a migração do PJe para a Versão 2.0, que vem sendo elogiado pelos representantes da advocacia pública e públicos interno e externo em geral. Além da nova versão, no mês de junho o TRF1 havia providenciado uma melhoria na infraestrutura o que tornou o sistema mais estável, com maior disponibilidade e melhor desempenho. No último mês de julho, dos 76.293 processos distribuídos no primeiro grau, 12.344 ingressaram pelo PJe e, dos 13.411 processos



Assinado digitalmente por MAGALI ZILCA DE OLIVEIRA DANTAS, SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES e EDIMILSON CAVALCANTE DE OLIVEIRA.  
Documento Nº: 1617564-6794 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar>



CJFMRU201800106A

**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

distribuídos no tribunal, 4.511 ingressaram pelo PJe, indicando que cerca de 19% do total de casos novos da 1ª Região ingressaram pelo PJe nesse mês. Encontra-se em discussão a continuidade da expansão do PJe para Juizados e Turmas Recursais e para Varas Criminais, ainda este ano, bem como a implantação do sistema na competência Execução Fiscal. TRF 3 - Estão com mais de 2.000.000 de processos, sendo 400.000 no PJe na versão 2.0, constatando a satisfação dos usuários. TRF 5 - O PJe encontra-se em uso na 5ª região, de forma obrigatória, para todas as competências, incluindo classes de natureza penal e de execução fiscal. A única exceção está nos juizados especiais federais (JEF), que embora já façam uso de processos eletrônicos desde o ano de 2004, passarão, gradativamente, a utilizar o sistema PJe em sua versão 2.0 a partir de setembro deste ano de 2018 em substituição ao sistema Creta. Acrescente-se que no TRF5, cerca de 70% dos 73.021 processos em tramitação atualmente são eletrônicos e que por volta de 90% dos processos distribuídos no Tribunal durante o primeiro semestre de 2018 são eletrônicos. Por fim, há de se destacar a redução da ordem de 85% no tempo médio de tramitação dos processos não criminais e de 80% nos processos criminais em 1º grau, quando se compara o meio físico ao digital: São 2.568 dias em média para processos físicos comparados aos 387 dias em processos não criminais eletrônicos e 1.761 dias para processos físicos criminais em relação aos 360(2) dias dos equivalentes eletrônicos. Fontes: 1-consulta ao painel -Relatórios de Correição - 2º grau - Geral- e ao painel - CNJ - Justiça em Números - 2º grau- presentes no portal do BI do TRF5 em 17/08/2018. 2-Planilha de tempos médios para o TCU- elaborada pela SJ/TRF5.

#### **7. Outros assuntos**

Quanto à integração do PJe com o sistema do STJ, via MNI, já existe integração com o PJe da 5ª Região e na versão nacional não há, já tendo sido formalizada a solicitação pelo TRF5. O Corregedor-Geral da Justiça Federal, Ministro Raul Araújo, orientou que o assunto seja encaminhado após a transição da Presidência da Corte.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

<b>Ref.</b>	<b>Próximas Ações</b>	<b>Responsável</b>	<b>Data Prevista</b>
1.1	Agendar reunião no CNJ para tratar da tabela de documentos e petições.	Secretaria Executiva	
2.1	Elaborar e dar encaminhamento à portaria de designação dos membros da Subcomissão de Parametrização e Apoio à Implantação do PJe	Secretaria Executiva	
2.2	Elaborar minuta de Resolução, alterando a composição da Comissão Técnica de Negócio com representantes dos tribunais que implantam o PJe.	Secretaria Executiva	
3.1	Adotar providências para a realização do treinamento em fluxo processual.	Secretaria Executiva	
4.1	Encaminhar à área orçamentária solicitação para distribuição de R\$ 164.089,14 entre os TRFs da 1ª, 3ª e 5ª Regiões.	Secretaria Executiva	

SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES  
CHEFE DE SECAO  
SEÇÃO DE ARQUITETURA ORGANIZACIONAL

MAGALI ZILCA DE OLIVEIRA DANTAS  
CHEFE DE SECAO  
SEÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PROCESSOS

EDIMILSON CAVALCANTE DE OLIVEIRA  
SUBSECRETARIO  
SUBSECRETARIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO



Assinado digitalmente por MAGALI ZILCA DE OLIVEIRA DANTAS, SELMA SUZANA MUNIZ LARANJAL SALES e EDIMILSON CAVALCANTE DE OLIVEIRA.  
Documento Nº: 1617564-6794 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar>

